
MONTANDO MOSAICOS; UM MERGULHO NOS 30 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA CH/UFCG

Fabrina Michely Franklin de Almeida
Bolsista PIBIC/CNPQ/UFCG
fabrinacg@hotmail.com

Regina Coelli Gomes Nascimento
Tutora PET-HISTÓRIA – UFCG
reginacgn@gmail.com

Nesta pesquisa pretendemos refletir sobre a Historicidade do Curso de Graduação em História do CH/UFCG, destacando as narrativas que circularam, ganharam projeção e construíram lastros diversos para docentes, discente e funcionários nos últimos 30 anos. A partir de contatos realizados no âmbito da confecção do documentário Narrar histórias construir memórias; os 30 anos do curso de História da UFCG tivemos acesso a relatos orais, fontes documentais; tais como artigos, dossiês, atas de reuniões e fotográficas de antigos professores, servidores e alunos, muitos destes últimos reingressaram no Curso como docentes. Procuramos mapear diferentes elementos que contribuíram para a formação do curso de Licenciatura e Bacharelado em História no antigo campus II da universidade Federal de João Pessoa, as construções e reconstruções, os momentos de embate metodológicos e os conflitos teóricos dentro do curso, observando as lembranças e os silêncios latentes a uma história dentro da história. Para tanto aproximamos de um aporte teórico ligado a história oral, das experiências e da construção de memória, uma vez que toda memória é, pois uma secção do individuo no acontecimento histórico. Metodologicamente embasados nos pressupostos pensados por Michel de Certeau acerca das práticas cotidianas, as histórias concebidas e vívidas serão analisadas a partir de um lugar social, buscando perceber suas sutilezas, estratégias, táticas e operações do fazer e do saber. A partir do recorte temporal entre a fundação do Curso em 1980 e a confecção do documentário em 2010, especialmente localizado na universidade de Campina Grande antigo campus dois da UFPB e metodológico, pretende-mos problematizar as Histórias narradas sobre o curso de História na sua historicidade, destacando os discursos que emergiram nesse período e que (re) modelaram a figura do docente formado na

universidade, analisando as experiências na busca de montar e desmontar as memórias sobre os 30 anos do curso de História.

INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir de pesquisas realizadas no PET História da UFCG, do qual fazia parte, foi proposto como uma das atividades do grupo a pesquisa intitulada “NARRAR HISTÓRIAS, CONSTRUIR MEMÓRIAS: 30 ANOS DO CURSO DE HISTÓRIA DO CH-UFCG” cujo objetivo inicial era elaborar um arquivo digital com fotografias, depoimentos e textos sobre a História do Curso. Durante a realização da investigação constatamos que o volume de documentos e informações para ser analisado necessitava de um aprofundamento historiográfico, teórico e metodológico específico. Haja vista que a história da criação do curso deverá ser pensada em meio a uma farta documentação e historiografia existente sobre a história das universidades brasileiras no período da ditadura militar.

Todavia antes de uma emersão no tema propriamente dito temos a necessidade de um breve contexto histórico assim revisitamos alguns trabalhos da área de História da Educação no Brasil com a finalidade de compreender a historicidade dos cursos de Graduação em História, a esse respeito Romanelli informa que o primeiro curso foi criado em 1934, na Universidade de São Paulo, quando é introduzida a Seção de História dentro da Faculdade de Ciências Letras e Artes. Os (as) alunos (as) após concluir o Bacharelado em História, poderiam continuar seus estudos na seção de Pedagogia da USP, denominado como o quarto ano de formação universitária e garantiam a formação específica para o magistério. A historiografia considera esse momento como uma ruptura na História do Ensino de História no Brasil, uma vez que até então o ensino era ministrado por professores sem formação acadêmica. A partir desse momento o conhecimento histórico passa a ser estruturado no Brasil como um saber “especializado” com métodos e técnicas de pesquisas específicas.

Com o golpe militar de 1964 localizamos outro momento de ruptura na História do ensino de História no Brasil. A educação no país foi disciplinada pelos “olhos” do Regime

Militar que, com dispositivos de poder, institui a disciplina Estudos Sociais como substituição a História, implementada nos três níveis do sistema escolar brasileiro, enfatizando a trilogia “Deus, Pátria e Família” na sociedade. No terceiro grau, o curso de Estudos Sociais – Licenciatura Curta – formava um profissional polivalente destinado ao ensino de História ou Geografia.

A partir desse momento, observamos um redirecionamento do projeto educacional brasileiro. São tomadas medidas que irão atingir diretamente os setores ligados à educação, como a intervenção nos sindicatos e nas entidades estudantis, proibição das greves, instauração da censura, criação do SNI (Serviço Nacional de Informações) cassação de mandatos e suspensão por dez anos dos direitos políticos de parlamentares opositoristas.” A ditadura militar coloca na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes – UNE, cria os Diretórios Acadêmicos - DAs, restritos a cada curso e o Diretório Central dos Estudantes - DCE, no âmbito da universidade. (CIAMPI, 2000, p. 42) Nesse momento é eliminada a representação em nível nacional bem como qualquer tentativa de ação política. O lema da ditadura era "estudante é para estudar; trabalhador para trabalhar". (XAVIER, 1984, p. 234)

E nesse contexto de mudanças a Universidade Federal da Paraíba, anteriormente Universidade da Paraíba, criada em 1934, acompanha as reformas proposta pelo Governo Federal. E, em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição quando são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais, estruturada com VII Campus.

Neste cenário de crise política, econômica e educacional que o Curso de Graduação em História do Centro de Humanidades da UFCG vai ser implantado. Inicialmente criado como Bacharelado em História no Campus II da UFPB, a partir da existência da área de História e Geografia no Departamento de Sociologia e Antropologia em 1979. O projeto do curso foi elaborado pelos professores Odete Magalhães Amorim e Josemir Camilo de Melo e autorizado a funcionar a partir do primeiro semestre letivo de 1980, oferecendo, então, duas áreas de concentração: História Econômica e Social; História da Arte e Cultura.

PRIMEIROS MOMENTOS

Devemos retornar aos primeiros passos dados na construção do curso de História do CH/UFCG, segundo Josemir Camilo de Melo os primeiros docentes do curso ingressaram por intermédio de convite, sendo em sua maioria oriundos da antiga FURNE posteriormente com a carência de professores, devido aposentadorias e transferências para outras entidades de ensino, foram realizado provas de títulos para o ingresso no quadro oficial de professores; os primeiros alunos ingressaram a partir de um vestibular especial no qual apenas 20 vagas foram criadas, futuramente o curso de História passou a constar nos quadros de cursos oferecidos pelo campus II da UFPB. O objetivo inicial para criação do curso, segundo Josemir Camilo de Melo, era oferecer a comunidade apenas uma habilitação direcionada para “a formação de profissionais de História voltados para a pesquisa de novas fontes historiográficas da região”. (MELO, 2000, p. 523), além de mostra-se como um curso diferenciado do oferecido pela antiga FURNE, atual UEPB que disponibilizava um curso de Estudos Sociais geral em História e Geografia com habilitação em Licenciatura além de ser pago, como encontramos no relato de Josemir Camilo de Melo “então este curso foi autorizado, foi praticamente uma luta nossa, de setores que viam que era necessário ter um curso gratuito, pessoas que defendiam o ensino público gratuito; uma vez que havia o curso de História da FURN, mas era pago”.

Após cinco anos de sua criação o curso passou por uma reformulação curricular e foi implantada a Licenciatura, a que o aluno poderia optar, após integralizar 70 créditos, correspondentes aos três primeiros períodos do Curso. A Licenciatura foi estruturada para atender duas pressões: por um lado, a sociedade cobrava a habilitação de profissionais para o exercício do magistério na área; por outro, era importante para muitos dos docentes e discentes a possibilidade de uma atuação social mais direta, o que seria possível mediante a presença dos egressos nas salas de aula das escolas públicas e privadas da região. Vemos tal preocupação na fala da ex-professora Maria do Socorro Rangel “nos criamos depois à licenciatura, nos vimos que os alunos de história só com o bacharelado eles ficariam com pouquíssimas opções no mercado de trabalho, eles iriam ser pesquisadores e pesquisarem em que? E onde? (...) complementando o curso criamos a licenciatura”

Outro ponto importante foi à criação do Curso Noturno, em 1998, ocorreu como forma de dar vazão à expectativa de ampliar as possibilidades de acesso da sociedade para a formação em História, duplicando a entrada de estudantes para o curso. Esperávamos com aquela nova forma de funcionamento, aprofundar o nosso compromisso para com a sociedade, no sentido de que o oferecimento de uma formação à noite certamente implica no atendimento preferencial aos trabalhadores, em geral quase impossibilitados de cursar a Universidade durante o dia.

MILITANCIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Na discussão do processo constitutivo do curso de História deparamos com o período da redemocratização, um afrouxamento nas práticas realizadas nos anos de chumbo e um latente anseio na sociedade pela aquisição de direitos perdidos com a Ditadura, temos no curso de história esta ambientação sendo sentida e muitas vezes motivando uma expectativa pelos novos tempos como vemos na fala de Luciano Mendonça “esse período foi um período histórico muito crítico da história brasileira coincide com o fim da ditadura militar e o início da chamada redemocratização havia uma expectativa muito grande por parte da sociedade brasileira por participação por isso quando eu entrei aqui entrei com muito entusiasmo.” Temos ainda o relato de Gervacio Aranha Batista em relação às práticas de vigilância estatais no curso “era um momento de afrouxamento, mas ainda com uma certa vigilância a gente estava da militância, mas sendo vigiados não naquele nível de repressão (...) teve professores mais antigos daqui que foram perseguidos, teve até casos de pessoas torturadas”.

Logo o período pós implantação do curso de História foi um momento de transição política sendo pano de fundo para um aguçamento crítico no campo intelectual.

Os Centros Acadêmicos eram extremamente politizados levando a extramuros os ideais e discussões começadas dentro da academia e trazendo para dentro da universidade os anseios e movimentações encontradas na sociedade, como podemos notar da fala de Gervacio Aranha Batista:

Havia uma interação maior os CA's eram mais atuantes do que hoje, (...) o CA era um canal de atendimento das demandas cobrava bem mais e tinha uma sintonia maior com o DCE, não eram só para fazer carteira. Eu me lembro que em 1985 eu já concluinte aqui no curso, foi organizado um seminário exclusivamente pelos alunos do curso de história e sociologia; 1º seminário sobre as grandes revoluções socialistas, todos os temas ministrados por alunos dos dois cursos.

Segundo Marta Lucia Nunes a interação política não se dava apenas fora de sala “Eu me lembro quando os alunos se dividiam politicamente na sala de aula e chegavam os alunos do PT sentavam de um lado, PCDB do outro lado se um do PT desse uma opinião o outro se comprometia, às vezes nem liam o texto era porque eles tinham de disputar os textos que estávamos discutindo politicamente”. Luciano Mendonça de Lima reforça esta idéia no trecho a seguir;

A gente discutia muito em sala de aula, eram muito movimentadas tanto era assim que muitas discussões extrapolavam os muros da sala de aula seguiam corretores adentro, nas mesas de bares, nas festas que agente promovia, na organização do movimento estudantil então foi uma experiência muito rica (...) além das disciplinas que agente fazia eu cheguei a participar, por exemplo, do movimento estudantil cheguei a ser membro de uma das diretorias do centro acadêmico de história.

Tais elementos contribuíram para a formação de uma geração voltada para a análise política e econômica, muito mais enfatizada pelo recorte teórico-metodológico de caráter fundamentalmente marxista, ligado a um engajamento político e social não só dos alunos como dos próprios docentes.

Ainda pensado nas dificuldades encontradas no percurso de instalação do curso não podemos deixar a margem a condição da vigência do período de Ditadura militar, mesmo salientando a vigência da fase final da ditadura, neste ambiente certas posturas mesmo no campo do teórico seriam encaradas de forma ameaçadora tanto que eram impostas disciplinas voltadas para “forjar” uma identidade nacional como era o caso do EPB; Estudos dos problemas brasileiros disciplina esta recorrentemente citada por vários professores e alunos a época. Temos aqui uma forte presença estatal na formação dos intelectuais das universidades, nos velando a pensar os embates teóricos entre os professores ministrantes destas disciplinas, normalmente membros do judiciário, com os demais docentes e os próprios alunos que se apropriavam de formas de pensar os

movimentos históricos e o próprio cotidiano a partir de um viés marxista, revolucionário, reacionário.

MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

O povo tinha medo de que uma aluna quisesse estudar aqui em História ou fazer Sociologia (...) por que virava o mundo de ponta cabeça o curso era um curso crítico, havia mudanças ninguém passava impune não, quem passava pelo curso mudava, uns mais outros menos, mas mudava uma mudança qualitativa de comportamento

Com esta afirmação da ex-professora do curso de História da UFCG Marta Lucia Nunes podemos analisar a construção de uma identidade diferenciada para os estudantes dos cursos de História e Sociologia, ligado principalmente a uma problematização de costumes e das visões instauradas pela sociedade, como podemos ver a partir do medo das famílias em permitir o ingresso de suas filhas nestes cursos e sua posterior mudança de comportamento perante os padrões vigentes. Todavia esta aquisição de identidade não é somente dada às desconstruções de visões de mundo, mas também nas próprias expectativas do participante do curso de História como, por exemplo, o professor Luciano Mendonça de Lima que relata:

Apesar de toda a minha timidez, por que eu nunca me imaginei como professor de história, eu acho que quando eu entrei aqui na universidade eu gostaria, eu queria ser um pesquisador, um diretor do museu histórico de Campina Grande, ou coordenar algum espaço de memória, não passava pela minha cabeça ser um professor de História.

As mudanças provocadas pelo curso passavam da forma como os alunos interagiam com a sociedade e como elaboravam as narrativas históricas, os saberes históricos, se voltando para mudanças internas na apreensão de si mesmos no mundo e qual seriam seu papel a partir do ensino de história na criação de um novo momento histórico, logo podemos dizer que o curso de História é antes de um formador de profissionais aptos ao ensino de história é um desconstrutor de paradigmas apresentando aos seus estudantes, como bem nos fala Marta Lucia Nunes “havia mudanças ninguém passava impune não, quem passava pelo curso mudava, uns mais outros menos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de relatos orais de ex-professores, ex-alunos, atuais professores tentamos buscar uma texturização do curso de História do CH-UFCG analisando sua criação dentro de um período de expansão do ensino universitário, sendo inicialmente uma sobreria dentro do departamento de Sociologia e se contrapondo ao curso já existente na FURN pela implantação do Bacharelado, uma vez que o Curso da FURN era chamado de Licenciatura curta, pois em três anos transmitia noções básicas de história, geografia e filosofia, sendo conhecido como estudos sociais; curso este que diminuía as problemáticas dentro do fazer histórico colocando o profissional destas áreas do conhecimento como meros transmissores de conteúdo e não instigavam a uma debate e crítica aos fazeres historiográficos.

A partir de um período de relaxamento do regime militar e a eminência de uma redemocratização os novos cursos de História buscaram engajassem na compreensão e mudança da sociedade a sua volta, inclinando-se a praticas extra acadêmicas ligada a movimentos sócios e a participação de seus membros docentes e docentes em partidos políticos e entidades de como é o caso do centro acadêmico e do DEC que realizavam trabalhos não só de interesse estudantil como ações de interação do saber construído no campo acadêmico com a meio social fora da universidade, sendo o Curso de História da futura UfCG marcado por estas interações comunidade e universidade, como por exemplo, a elaboração de seminários e aulas para trabalhadores.

Tentamos diminuir os silêncios naturais na memória humana na qual escolhe seletivamente o que será lembrado, percebemos em vários momentos os choques, divergências em eventos, mas também encontramos linhas cruzadas que possibilitaram a continuidade de nossa pesquisa analisando não só as entrevistas orais nos valem de outros tipos de fontes a fim de encontrarmos uma linha de equilíbrio entre o dito pelo entrevistado e as possibilidades do acontecimento, sendo um exercício de investigação e ponte razão para não cairmos na tentadora vertente do puro acontecimento explicado por si, nem ficarmos presos ao materialismo frio dos textos e documentos oficiais.

De forma alguma tal tema se tornara elucidado com este artigo sendo um campo muito rico e cheios de silenciamento mostrando-nos que a construção e a reconstrução do passado mesmo recente e causador de rebuliços e reviravoltas em muitos aspectos até então despercebidos a olho nu.

REFERENCIAS

- Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino. Elizeu Clementino de Souza (org); Porto Alegre. EDIPUPUCS: EDUNEB, 2006
- BENJAMIM, Walter. O narrador. In. *Magia e Técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas (vol I) São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CIAMPI, Helenice. A História Pensada e Ensinada – da geração das certezas à geração das incertezas. São Paulo: EDUC, 2000.
- BRASIL. *Decreto-Lei 477*, de 26 de fevereiro de 1969. Estabelece normas para disciplinar a atuação de professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei 5 692/71
- _____. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- _____. Decreto- Lei Nº 252 – de 28 de fevereiro de 1967. Fixa diretrizes e normas sobre a organização das universidades em departamentos: (D. O 28/02/68-P. 2443)
- _____. Decreto 63.281 cria o Centro Nacional de Recursos Humanos - CNRH. É formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU, cujo projeto transformou-se na Lei 5540 e depois regulamentado no Decreto-lei 464.
- _____. Decreto –Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966. Fixa diretrizes e normas de organização para as universidades Federais e dá outras providencias.
- _____. Decreto-Lei 477, de 26 de fevereiro de 1969. Estabelece normas para disciplinar a atuação de professores, alunos, funcionários e empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.
- _____. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- _____. Lei nº 5.539 de 27 de novembro de 1968. Modifica dispositivos da Lei numero 4.881, de 6 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior, e dá outras providencias.

MELO, Josemir Camilo de. Perfil do aluno egresso no curso de História da UFPB, campus II. In. *Anais do IX Encontro de Professores de História*. João Pessoa: Ed. Sal da Terra, 2000, p. 523-534.